

ATA DA OCTOGÉSIMA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SEXTA LEGISLATURA, EM 14-9-2016.

---

Aos quatorze dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezesseis, reuniu-se, no Plenário Ana Terra do Palácio Aloísio Filho, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, Cassio Trogildo, Cláudio Janta, Dinho do Grêmio, Dr. Thiago, Fernanda Melchionna, Guilherme Socias Villela, Idenir Cecchim, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, José Freitas, Jussara Cony, Kevin Krieger, Lourdes Sprenger, Luciano Marcantônio, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Paulinho Motorista, Reginaldo Pujol, Sofia Cavedon e Waldir Canal. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a Sessão, registraram presença Dr. Goulart, Elizandro Sabino, Eng<sup>o</sup> Comassetto, Marcelo Sgarbossa, Márcio Bins Ely, Mario Manfro, Mauro Pinheiro, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga, Rodrigo Maroni e Tarciso Flecha Negra. Em prosseguimento, foi iniciado o período de COMUNICAÇÕES, hoje destinado, nos termos do artigo 180, § 4º, do Regimento, a tratar do tema Projeto Creche Sustentável na Vila São Judas Tadeu. Compuseram a Mesa: Cassio Trogildo, presidindo os trabalhos; Gabriela Giacobbo Moschetta, arquiteta e urbanista; Roberto Oliveira, representando a creche; Stephane Dias, ex-aluna e pesquisadora; Maria Elisabete Mollmann, assessora do Parque Científico e Tecnológico da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul; Fábio Rahmeier, Diretor da OZ Indústria de Equipamentos Geradores de Ozônio Ltda; e Miguel Sattler, responsável pelo projeto. Após, o Presidente concedeu a palavra a Gabriela Giacobbo Moschetta e Roberto Oliveira, que se pronunciaram sobre o tema em debate. Em COMUNICAÇÕES, pronunciaram-se Sofia Cavedon, Adeli Sell, Reginaldo Pujol, Prof. Alex Fraga, Dr. Goulart, Fernanda Melchionna e Jussara Cony. Os trabalhos foram suspensos das quinze horas e vinte minutos às quinze horas e vinte e quatro minutos. A seguir, por solicitação de Cláudio Janta, foi realizado um minuto de silêncio em homenagem póstuma a Tereza Durval. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciou-se Rodrigo Maroni. Após, foi aprovado Requerimento verbal formulado por Cassio Trogildo, solicitando alteração na ordem dos trabalhos da presente Sessão. Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram: em 1ª Sessão: os Projetos de Lei do Legislativo n<sup>os</sup> 186, 208 e 200/16, este discutido por Reginaldo Pujol; em 2ª Sessão, o Projeto de Lei do Legislativo n<sup>o</sup> 166/16, discutido por Reginaldo Pujol. Após, foi aprovado Requerimento de autoria de Fernanda Melchionna, solicitando Licença para Tratar de Interesses Particulares do dia quinze ao dia trinta de setembro do corrente, tendo o Presidente declarado empossado na vereança o suplente João Ezequiel, informando que Sua Senhoria integrará a Comissão de Urbanização, Transportes e Habitação. Às quinze horas e quarenta e um minutos, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para sessão extraordinária a ser realizada a seguir. Os trabalhos foram presididos por Cassio Trogildo e secretariados por Sofia

Cavedon. Do que foi lavrada a presente Ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

---

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** Passamos às

## **COMUNICAÇÕES**

Hoje, este período é destinado a tratar do projeto Creche Sustentável na Vila São Judas Tadeu. O tempo de 20 minutos para manifestação será dividido entre dois oradores. A Sra. Gabriela Giacobbo Moschetta, Arquiteta e Urbanista, e o Sr. Roberto Oliveira, representando a creche, estão com a palavra.

**A SRA. GABRIELA GIÁCOBBO MOSCHETTA:** Boa tarde. Eu sou arquiteta e tive a honra de trabalhar nesse projeto da Escola de Educação Infantil para a Vila São Judas Tadeu dentro desse viés mais sustentável e participativo. Vou mostrar para vocês, brevemente, como foi esse processo.

(Procede-se à apresentação em PowerPoint.)

**A SRA. GABRIELA GIÁCOBBO MOSCHETTA:** No primeiro *slide* a gente já apresenta um desenho que foi feito por uma criança dessa comunidade, no qual procuramos integrar não só as expectativas dos pais, dos adultos, mas também dessas crianças que vão utilizar esse espaço. Colocamos esse desenho para representar de forma geral a intenção que tivemos no projeto.

Só para nos situarmos, a Vila São Judas Tadeu é uma comunidade aqui de Porto Alegre que fica entre a Av. Bento Gonçalves, abaixo, no mapa, e a Av. Ipiranga, acima, bem ao lado da PUC. É uma ocupação com mais de 50 anos. São mais ou menos 700 famílias que vivem nessa área, que se encontra em processo de cessão de uso para os moradores, já bem avançado, quase na finalização. Então esse início de projeto data de agosto de 2011, quando a Associação de Moradores da Vila São Judas Tadeu buscou uma parceria junto à UFGRS, mais especificamente ao Núcleo de Sustentabilidade, liderado pelo Professor Sattler, hoje aqui presente, e do qual eu também fazia parte. A partir disso, buscou-se também uma parceria junto à Escola de Arquitetura da UFRGS e se formou essa parceria entre comunidade e UFRGS. Os princípios desse projeto foram: a sustentabilidade, que foi trazida pela própria comunidade quando eles nos buscaram; e o processo também ser participativo, que é uma decorrência da própria sustentabilidade, fazer essa forma de processo mais integrada com os desejos dessa comunidade. E assim foi, a gente tem uma foto de uma das ações feitas na comunidade com as crianças e com os pais interessados diretamente na escola. Vou mostrar algumas imagens de ações que foram feitas.

Ali seria o local, o terreno escolhido pela própria comunidade. Foi a comunidade que se empenhou em encontrar essa área, em buscar essa área, enfim,

convencer as pessoas que ali moravam, principalmente próximas, a guardar esse lugar para a escola. Esse processo todo envolveu muitas pessoas, muitos profissionais, além da comunidade. A gente fez algumas capacitações dentro da UFRGS, ações na comunidade, entrevistas com os moradores, pais de crianças, diretamente no local, no terreno, onde a gente convidou, principalmente, as crianças e os pais, as pessoas diretamente interessadas, e partimos para o processo de projeto, especificamente, onde a gente projetou de fato, começou os estudos, a arriscar o que seria a edificação, junto com a comunidade. Especialistas de projetos, a equipe e a comunidade.

Definimos, então, em conjunto, um programa de necessidades para essa escola, claro, respeitando também o que a legislação nos pede e dentro daqueles nossos princípios de sustentabilidade e participação. Então, formamos esse grande mapa do que a gente gostaria para edificação, juntando o que era previsto legalmente e quais eram as expectativas da comunidade. Nos reunimos novamente, especialistas e comunidade, para desenvolver o projeto, o que a gente chamava de tarde de projeto, imersão em projeto, e assim começaram a sair as ideias no papel, do que seria essa edificação. Essas são as evoluções, os estudos iniciais que foram desenvolvidos, até a gente chegar num consenso, entre todas as pessoas participantes, do que seria o melhor. Então, desenvolvemos um projeto inicial, que foi levado à assembleia geral da comunidade, em 16 de janeiro de 2012, e, a partir dessa assembleia, a gente fez alguns ajustes do que havia sido discutido e finalizamos o projeto.

O projeto foi entregue para a Prefeitura em março de 2012, e eu vou apresentar sucintamente o que seria esse projeto. Ali a gente tem em destaque onde é o terreno da escola e a implantação dessa edificação. Essa parte destacada seriam as salas de aula, essa parte amarela seriam as partes de serviços, essa parte que conecta essas duas áreas seria a parte de circulação e encontro da comunidade, por onde chegariam então as crianças e as pessoas, e essa entrada e o fundo da edificação se conectariam com deques. Então, se a comunidade quisesse fazer algum evento, não só as atividades convencionais da escola, mas também um espaço de encontro da comunidade, teria essa permeabilidade para fazer isso. Aqui temos o pavimento superior. De novo, aqui a gente tem as salas de aula, na melhor posição solar, ao norte, na outra ponta tem a parte administrativa e serviços, e a circulação conectando as duas. A gente tem também uma horta comunitária junto a essa circulação, porque esse terreno tem algumas peculiaridades, é um terreno alagadiço, e é por isso que a horta subiu para a cobertura. Fizemos todos os detalhamentos, o projeto executivo, para de fato licitar esse projeto, para ele sair do papel, que é o nosso maior interesse. Foram integradas também tecnologias mais sustentáveis, como células fotovoltaicas para a geração de energia e aquecimento da água através de placas solares. Com relação também à ventilação natural, ao conforto térmico dessa edificação, a gente usou técnicas de ventilação cruzada, de ventilação através efeito chaminé. Foram analisadas as questões de insolação, então, as salas de aula têm o melhor posicionamento, porque é o lugar onde as crianças mais vão permanecer. Foi pensado também em relação à implantação, para a gente conseguir preservar o maior número de árvores existentes, e incluir também outras vegetações. A taxa de ocupação também se tornou relativamente baixa, então, a

gente também tem uma área circundante ali, onde as crianças também vão aproveitar esse espaço externo vegetado. Na verdade, a gente integrou várias outras técnicas mais sustentáveis para melhorar a qualidade de vida dessas crianças e dessa comunidade. São várias questões, eu coloquei uma lista de quais seriam, mas há outras. Como o meu tempo aqui acabou, não vou entrar nessa questão. Aqui algumas imagens do projeto final, da proposta 3D dessa edificação. E aqui a ficha técnica, agradecendo a equipe, foi um projeto que foi feito a muitas mãos. Então, agradecemos a todos que participaram disso. Muito obrigada. (Palmas.)

(Não revisado pela oradora.)

**O SR. ROBERTO OLIVEIRA:** Boa tarde a todos e a todas, eu faço parte da Associação de Moradores da Vila São Judas Tadeu, sou ex-Presidente, e no momento estou com a função da questão da nossa escola. Nós lutamos pela creche, que agora é escola, desde quando a vila existe, há mais de 50 anos. Essas imagens que vão passar aqui são imagens do nosso *blog* da Associação de Moradores. É bem importante a gente olhar essa primeira imagem, onde aparecem alguns moradores assinando um papel. Que papel é esse? Para nós conseguirmos a área para construir a escola – nós não tínhamos área dentro da vila –, quatro moradores muito antigos que tinham uma grande porção de área, vizinhos entre si, doaram um fundo de terreno. Lógico, é estadual, mas o começo foi pelos moradores cedendo parte da sua área para um interesse coletivo. Acho que isso é importante demarcar, porque começa num processo de solidariedade muito forte dentro da própria comunidade. Os moradores, pessoas idosas que moram há mais de 50 anos na comunidade, doaram parte do seu terreno para a associação de moradores. A partir daí, isso foi em 2007, a gente foi ao Estado pedir para que ele passasse essa área – que era dele, era pública, ali está a localização – para o Município, o que foi uma lengalenga, porque foi uma burocracia. Então, a Secretaria de Habitação do Estado passou a área para o Município, para que ele pudesse construir a creche, e aí a gente faz a ocupação simbólica da área, com os moradores se apropriando da área. Depois a gente vai, em peso, no Orçamento Participativo, no ano de 2009, e coloca em primeiro lugar a demanda – em 2009! – da nossa creche; foi o segundo passo, a gente conquistar, através do Orçamento Participativo, a creche. O próximo passo foi a gente fazer um ato simbólico numa árvore no terreno da creche, o pessoal da associação. Depois, a gente se reúne com o Prefeito Fortunati e com o Secretário de Habitação do Estado, na época o Marcel Frison, para passar essa área para a Prefeitura, numa reunião formal de entrega da área. Todo o processo, a gente foi fazendo de acordo com o que era necessário, e isso foi em 2010. Aí temos um retrato da área, uma área muito bonita, muito verde, mas que precisa de um cuidado especial para se construir uma creche. A partir daí, a gente tem o terreno, tem a conquista no Orçamento Participativo, e qual foi o nosso próximo passo? Em vez de a gente ter um projeto padrão da Prefeitura, que não caberia nessa área, seria um problema, nós conversamos com a Secretaria Municipal de Educação, conversamos com a Professora Cleci na ideia de fazer um projeto alternativo, um projeto sustentável, e, com autorização da Secretaria de Educação, a gente busca a Universidade Federal

para ver se a gente consegue uma parceria de construir um projeto de creche sustentável. Fomos muito bem recebidos dentro da Universidade Federal, fomos acolhidos, começamos todo um processo de construção coletiva da Universidade Federal do Rio Grande do Sul com a comunidade e com a Secretaria Municipal da Educação. Esse processo é novo, esse processo não existe, o próprio Prefeito, depois, falou na comunidade: “É a primeira vez que se faz um projeto, uma parceria entre a Prefeitura, a Universidade Federal e a comunidade”. Então nós construímos um projeto maravilhoso, um projeto que tem que ser muito bem conhecido, um projeto perfeitamente executável. A Secretaria de Educação deu nota 10, disse que ia ser referência para o Brasil na questão de construção de escolas. Teve envolvimento da comunidade, das crianças, a gente ajudou. Foi lindo a gente poder discutir cada espaço da creche, poder discutir cada questão, sabem? Não foi um projeto pronto para ser largado dentro da comunidade, foi um projeto construído. O resultado disso é fantástico.

A gente faz tudo isso naquela expectativa de que, finalmente, vai ter uma creche, uma escola para a nossa comunidade. Um detalhe: a nossa comunidade não tem um balanço, não tem um escorregador, não tem uma árvore, não tem um espaço coletivo. Nós temos, sim, vários jovens que estão dentro do Presídio Central, sendo que a nossa comunidade é pequena, tem 700 famílias. Nós temos muita gente dentro do presídio, mas não temos uma escola, não temos uma creche, não temos um balanço. É um absurdo o que acontece com a nossa comunidade, em pleno centro geográfico de Porto Alegre, ao lado da PUCRS. Para as crianças saírem dali, têm que passar pela Av. Bento Gonçalves, pela Rua Dr. Salvador França ou pela Av. Ipiranga; não tem como chegar numa pracinha sem atravessar uma grande avenida. Estamos ilhados entre quatro grandes avenidas, porque ainda tem a Rua Prof. Cristiano Fischer. Então, para o presente e para o futuro da comunidade, é fundamental que a gente não tenha mais os nossos adolescentes, os nossos jovens caindo no presídio, porque são criados na rua. O espaço público da comunidade é a rua, e a gente saber que a rua não é o melhor lugar. A rua tem que ser ocupada, sim, mas não dessa maneira, não é o melhor lugar. As crianças estão lá e estão aprendendo o que não deveriam aprender, então é por isso que nós estamos lutando aqui.

Além de tirar as crianças da rua, é lógico que a gente precisa dar qualidade para essas crianças. Então a gente vai lá, constrói um projeto... Eu gostaria que colocassem uma das imagens maiores ali (Referindo-se à apresentação em PowerPoint.). As pessoas olham e dizem: “Mas é um projeto mega, é um projeto super”. Não! Esse projeto é mais barato que o de uma escola tradicional. Eu estive numa licitação que foi feita pela SMED, essa escola seria mais barata que a escola de Belém Novo, que foi no mesmo dia da licitação. Então como é que pode? A gente constrói uma escola sustentável, sem R\$ 1,00 de custo para a Prefeitura! É um projeto grátis, que caiu de bandeja na mão da Prefeitura, um projeto feito pela universidade! A Prefeitura ainda botou problema, que tinha que apresentar o projeto em quatro meses, se não, não ia fazer. Faz mais de quatro anos, e o projeto não sai. A gente se reúne com a Prefeitura, com o Fortunati, com o Melo, com a Cleci, com todo mundo, e o projeto não sai! E aí colocam a desculpa no acesso. Ora! Nós temos acesso a essa escola por dentro da

comunidade, mas moramos numa vila, é irregular. Essa escola está no limite entre a comunidade e o quartel do Exército. Nós conversamos com o B Log – Batalão Logístico aqui no Centro de Porto Alegre, com o Comando do Exército que se apaixonou pelo projeto e disse que ajudaria na manutenção. E o B Log abriu as portas para passar todo material da obra por dentro do quartel para poder chegar, porque é na divisa. E a Prefeitura fica dizendo que precisa fazer não sei o quê, precisa fazer o acesso por dentro do B Log. Mas o acesso já está pronto, é um pedaço de 50 metros e é só largar brita para os caminhões passarem. Mas eles dizem que tem que fazer uma nova licitação, que precisam de dez caminhões de brita para poder passar para a obra. É uma burocracia nas coisas da Prefeitura! A Prefeitura está deixando de fazer um projeto maravilhoso que pode ser referência para Porto Alegre, para o Brasil. Ela poderia apresentar nas eleições como uma grande novidade nas escolas públicas de Porto Alegre, e é uma obra parada! A gente não consegue entender por que não se tem interesse em construir uma escola com uma parceria entre uma universidade pública, Prefeitura, Governo do Estado, Exército, comunidade. Temos uma parceria maravilhosa com a PUC, tivemos um problema e a PUC nos ajudou. Agora a PUC nos procurou, porque viu que o projeto é bom. O Tecnopuc, que trabalha com novas tecnologias, está interessado, quer ajudar a botar novas tecnologias na obra para ser ainda mais sustentável. E o Tecnopuc tem uma parceira com uma ONG da Alemanha que também está interessada. Todos ficam com brilho nos olhos quando veem o projeto. Agora, a Prefeitura, que deveria mexer, porque nós ganhamos no Orçamento Participativo, o recurso está garantido desde 2009, e é menor do que uma obra convencional, não se mexe! O Fortunati foi à comunidade em abril de 2012 e disse que a obra sairia no início daquele ano, porque era importante para a Cidade e para o Brasil! Foi em 2012, já estamos em 2016, e estamos fazendo uma audiência pública na Câmara de Vereadores porque a obra não sai! Isso é um absurdo, nós estamos falando de vidas humanas que estão se perdendo dentro da comunidade! Não adianta largar um monte de policiais lá depois! O problema da violência que está aí hoje tem causa, e a causa está aqui: é a falta de creches nas comunidades! Não é outro motivo, a gente sabe disso. A gente convive com as crianças, vê elas crescerem, e pela convivência que elas têm com os outros adultos, sabe que ela vai cair no presídio depois. A gente está vendo isso, a gente sente. Mas as pessoas que estão na Secretaria de Educação, que estão na Prefeitura, não veem, e depois largam um monte de policiais dentro das comunidades e dizem que a comunidade é violenta. Quem é violento, nesse caso? É a comunidade ou é a Prefeitura? Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** Convidamos para compor a Mesa: o Sr. Roberto Oliveira, representando a creche, e a Sra. Gabriela Giacobbo Moschetta, Arquiteta e Urbanista.

A Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon está com a palavra em Comunicações.

**A SRA. SOFIA CAVEDON:** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, eu quero cumprimentar a Gabriela Moschetta, essa jovem Arquiteta; a equipe toda de estudantes, em especial o Engenheiro Civil, Professor Miguel Sattler, que é do Núcleo Orientado para Inovação da Edificação, que acolheu essa demanda tão bonita da comunidade, de alguma maneira coordenou esse trabalho e outros, emblemáticos, das soluções que a contemporaneidade e necessidade de sobrevivência do planeta exigem. É nesse sentido que eu quero começar elogiando o Núcleo de Sustentabilidade e todo esse esforço dos estudantes e alunos. E quero cumprimentar o Roberto Oliveira e na sua pessoa e da Jane, a comunidade da São Judas Tadeu, que é ali do ladinho da PUC, uma comunidade guerreira, muito organizada, que lutou para ficar ali, que luta para ter um posto de saúde, que luta para ter espaço para as crianças, porque – o Roberto já colocou muito bem aqui – estão entre avenidas, uma área bastante perigosa. A infância deles é ali nas ruas, quem anda ali sabe da velocidade dos carros saindo da PUC. Portanto, é no espaço de rua da comunidade.

Eu não vou repetir o que já foi dito, com muita ênfase aqui. A gente compreende a emoção justificada e necessariamente veemente do Roberto, porque, desde 2009, há muito tempo, a comunidade luta por um espaço de educação infantil, de uma maneira totalmente diferenciada de outros lugares. Ela foi ao OP, ganhou, ocupou aquele espaço, propôs um projeto participativo para criar consciência, para criar pertencimento, para criar evolução ecológica. A ideia não é só que a creche seja sustentável, mas que a comunidade adote novas práticas, porque é assim que se criam sujeitos, homens e mulheres diferenciados. Então já nasce uma escola para além da escola, além dos muros da escola. É um processo lindo, uma aposta nessa rede social de produção da sua vida coletiva, mas já no sentido de produção sustentável. Isso é muito lindo. Quero chamar a atenção das alternativas, já fizemos debates aqui, já fizemos um seminário nesta Casa, neste plenário, que são perfeitamente possíveis e urgentes de serem incorporadas nos prédios escolares, em todos os prédios públicos, mas, em especial, nos prédios escolares, porque, se a escola é o espaço de educação, o prédio da escola – talvez seja uma frase sua, Prof. Sattler, daquele dia de atividade no IAB –, não diz nada, não ensina nada de como ele é, para que ele serve, de como se sustenta, não dialoga com a possibilidade de ventilação natural, e aqui estão propostas exequíveis, de ter horta suspensa, um telhado verde que será uma horta. Imaginem uma escola assim, que escolhe a melhor posição solar para que as crianças e os professores não passem um monte de calor no verão e um monte de frio no inverno. Essa tecnologia nova que está apresentada aqui é a prova de que ela é factível, e, segundo as palavras do Roberto, até mais barata. “Fica muito mais caro, é impossível, é inviável porque os prédios se tornam onerosos”. Não é verdade! O certo é isso que está sendo afirmado aqui. É possível, é necessário construir uma escola que cuide do conforto, que acolha, mas que ensine só pelo jeito de ela ter sido construída, ensine a usar a água da chuva, ensine a usar a energia solar, ensine a plantar, ensine a colher, ensine a preservar as árvores do entorno. Quero chamar muito a atenção disso e elogiar, porque é emocionante, porque é essa educação que nós sonhamos e que nós precisamos. Não é mais sustentável a vida

sobre a Terra nesse nível de consumo, nesse nível de depredação. Nós temos que nos criar noutra postura, noutra cultura.

Quero encerrar dizendo que, não fosse somente pela conquista da comunidade no OP, em 2009, Vereadores e representantes do Governo, mas muito mais pelo sentido que essa creche tem, a SMED deveria priorizar a sua construção, retirar as barreiras e não deixar que a burocracia e entraves mínimos diante da magnitude desse projeto impedissem que essa creche estivesse em pleno funcionamento hoje, pois, pelo tempo que faz, isso já seria possível. É lamentável! A gente espera que este debate resulte em frutos: priorização e repostas concretas do Governo a esta Casa, para que essa creche saia do papel, saia do processo educativo e vire um projeto real, concreto, que acolha as crianças e que produza os frutos que vocês sonharam. Parabéns.

(Não revisado pela oradora.)

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** O Ver. Adeli Sell está com a palavra em Comunicações.

**O SR. ADELI SELL:** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, caríssima Gabriela, caríssimo Roberto, eu efetivamente tiro o chapéu a esse projeto e para a comunidade. Efetivamente algo generoso, sob ponto de vista da sustentabilidade e da solidariedade humana; esse é o processo. Não adianta termos a LOA e a Constituição Federal dizendo que a educação é um direito fundamental, que temos de pensar na dignidade da pessoa humana, e deixarmos as pessoas ao léu. Nós queremos louvar o trabalho de arquitetura realizado, e te convido, Gabriela, para que circules comigo, um dia, na Tronco, onde o pessoal da arquitetura da UFRGS está fazendo um trabalho legal – depois te deixo o contato. Vai fazer parte de uma tese muito bacana sobre a ocupação do espaço urbano numa vila. Quero conhecer melhor esse projeto porque eu acho ousado por demais. Eu nunca me conformei com a creche, a escola e o edifício caixote. Eu acho que isso é um atraso muito grande sob o ponto de vista da modernidade arquitetônica. Não está escrito em nenhum lugar que – não que eu saiba, não sou estudante de arquitetura, bem que eu gostaria de ser urbanista – tem que ser exatamente assim a entrada ou a saída. Vocês acharam uma solução que parece bastante positiva. Aquela comunidade merece, dentro daquele espaço, ter não só essa escola de educação infantil comunitária, mas todos os benefícios sociais que nós devemos dar para as pessoas. Acho também que, quando vocês colocam a questão da utilização de um espaço para uma horta, é muito importante. Eu sou daqueles que lutam por hortas comunitárias, educativas, com produtos orgânicos evidentemente. Eu faço justiça quando uma coisa funciona. Por sinal, eu louvo a iniciativa do pessoal que está produzindo adubo lá no transbordo do DMLU. Eu acho que ali a Prefeitura está agindo corretamente, está fazendo bem.

Eu acho que nós temos muita burocracia na Prefeitura, não é só na SMED. Ela está tomando conta da Prefeitura e está matando a Cidade. Por isso eu estou aqui com outros Vereadores, eu tenho certeza, com as pessoas de dentro do Governo, de fora

do Governo, na comunidade, para que, num grande mutirão, a gente arranque do papel essa boa iniciativa. Estamos juntos nessa parada. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra em Comunicações.

**O SR. REGINALDO PUJOL:** (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Em verdade, o dia de hoje é um dia de expectativa, na medida em que, transitoriamente, nós estamos funcionando nesta sala com condições precárias e, hoje, estamos realizando a última reunião deste período. Devemos, já na quarta-feira da semana que vem, estar operando no nosso tradicional plenário, onde os debates podem se realizar. Isso não impede que eu, estando na liderança do Governo, diga que o assunto aqui trazido à baila é extremamente importante, que deve merecer a nossa melhor atenção, e que nossa Comissão de Educação Cultura e Esporte, que o Ver. Tarciso preside, se coloca desde já à disposição para que se possa fazer um diálogo mais prático em torno de uma mesa, com condições de audições perfeitas, com visualização mais adequada, porque, certamente, nessa distância, as pessoas não conseguiram aproveitar a exposição gráfica que acompanhava a sua exposição. De outro ponto, eu, que tenho problema de audição, tenho neste prédio aqui grandes dificuldades. De qualquer sorte, e sem querer tergiversar e nem circundar o processo, eu digo, com toda a segurança, que qualquer assunto que diga respeito à educação infantil impõe para nós, integrantes da CECE, para a Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon, para o Ver. Tarciso, para o Ver. Dinho do Grêmio, para o Ver. Mendes Ribeiro, uma responsabilidade a mais. Eu não digo nada de especial ao falar que os últimos dias são especialíssimos para a Casa. Esta é uma Casa política, existem eleições marcadas para dentro de 15 dias, e isso determina que o nosso quórum aqui não seja aquele desejado, mas não quer dizer também que o assunto hoje tenha sido algo como falar no deserto; não, lançaram uma discussão num terreno fértil, nós, inclusive, estamos aceitando aprofundar essa discussão. Eu vou buscar, junto à Secretaria de Educação do Município, uma ordem de esclarecimento. Em princípio, a informação que nos chega e a manifestação do Roberto reforça isso, é que houve uma tentativa de licitação que não logrou êxito, foi deserta, e isso explicaria por si só a paralisação até agora. Mas não explica e nem elide a necessidade da retomada. Se essa licitação não prosperou, não se sabe se foi pelo preço que foi subcalculado, que desestimulou a participação, ou qual é a razão. Alguma razão deve ter, e vamos trabalhar em cima disso para tentar contorná-la.

Até o dia 2 de outubro, serei o Líder do Governo aqui na Casa e tomo esta responsabilidade: de um lado de discutir com o Governo essa situação concreta; de outro, de aceitar a disposição do nosso Presidente da Comissão de Educação e Cultura para, dentro em breve, muito em breve mesmo, convidá-los para uma reunião na Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Juventude que ele preside com muito brilhantismo, e em que eu, modestamente, me incluo como Vice-Presidente. Era isso.

Além do abraço solidário, quero dizer que a causa, por si só, se justifica. Os detalhes são como as melancias na carruagem: a gente vai acomodando. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra em Comunicações.

**O SR. PROF. ALEX FRAGA:** (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Eu gostaria, inicialmente, de parabenizar a comunidade, citando o Sr. Roberto, que representa a coletividade da região, pela luta, pela batalha de um direito que é da nossa população, principalmente das nossas crianças, de terem acesso à educação infantil. Em relação à educação infantil nas escolas do Município, de acordo com a parecer do Tribunal de Contas deste Estado, a nossa Prefeitura tem déficit, pois tenta realizar manobras fazendo conveniamentos com instituições que não garantem o mínimo de segurança, dignidade e condições para os nossos pequenos. Então, de acordo com a pressão legal que existe, a Prefeitura se vê obrigada a fazer conveniamentos esdrúxulos com pequenas instituições que não dão conta do recado, mas que, a partir desse conveniamento, prestam o serviço que é de obrigação da Prefeitura deste Município, infelizmente.

Eu analisei a apresentação de vocês, prestei bastante atenção – a estrutura, o projeto arquitetônico, a orientação solar, a questão da circulação de ventos, que é muito importante para evitar doenças respiratórias infectocontagiosas: é um projeto primoroso, que, se colocado em prática, garantiria muita qualidade para as nossas crianças. Mas, infelizmente, me parece que a atual gestão do Município de Porto Alegre, que está aí há 12 anos governando esta Cidade, faz vistas grossas e não tem a menor vontade de qualificar o serviço que é prestado à sua população. Digo isso justamente por conta de uma das demandas, a prioridade regional do Orçamento Participativo, que este Governo diz respeitar...

**A Sra. Fernanda Melchionna:** V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Prof. Alex, eu queria pedir muito rapidamente – depois, irei me inscrever e parabenizar o projeto – ao conjunto dos que acompanham o plenário, aos Vereadores e às Vereadoras, silêncio, porque o plenário é muito pequeno e fica praticamente impossível de ouvir V. Exa. diante das conversas. Então, gostaria de pedir essa gentileza para que possamos ouvir os colegas debatendo um tema tão importante.

**O SR. PROF. ALEX FRAGA:** Muito obrigado, Ver.<sup>a</sup> Fernanda. Continuando a minha exposição: entristeci-me o fato de que a obrigação maior do Município de Porto Alegre com relação à educação, que é a oferta de vagas na educação infantil, fique relegada. Nós temos aí os órgãos de controle pressionando a Prefeitura e a Prefeitura com o maior descaso do mundo tentando ter jogo de cintura para cumprir o que manda a lei. Só que cumpre de uma forma que não é adequada. Por quê? Porque o

sistema de conveniamentos que é implantado neste Município é vergonhoso! Existem instituições sérias, boas e que conferem dignidade ao serviço prestado, mas outras que são de péssima qualidade. Infelizmente, a Prefeitura não tem a sensibilidade para verificar o que está fazendo de errado.

Essa mesma Prefeitura que se diz respeitar a opinião popular, sendo democrática, ouvindo a população e tendo uma interlocução direta com as comunidades de todas as regiões de Porto Alegre não respeita o único veículo de deliberação de democracia, de escuta popular, que é o Orçamento Participativo. No ano passado, nós tivemos como segunda demanda do Orçamento Participativo a área da cultura. A Prefeitura ouviu a sua população que queria mais cultura? Na lei do Orçamento deste ano, reduziu a verba para essa área. Portanto, é vergonhosa a situação que temos no Município de Porto Alegre: a atual gestão dá as costas às necessidades do povo, e isso envergonha a mim como Parlamentar, mas, antes de qualquer coisa, como cidadão de uma cidade que já foi referência em educação, em preservação natural, já foi referência para, inclusive, vários países do mundo em termos de democracia, que escuta o seu povo, isso me envergonha, e me envergonha que há, neste momento, um postulante ao cargo de Prefeito que quer manter a atual lógica e a atual situação – me envergonha! Infelizmente tenho que dizer: em poucas vezes da minha vida eu senti vergonha de ser porto-alegrense, e esse Executivo – essa Prefeitura, essa gestão – está me envergonhando; mas parabéns, o meu orgulho de ser porto-alegrense é porque existem pessoas como vocês, que lutam pelo que é certo e pelo que é necessário. Parabéns à comunidade São Judas Tadeu, tomara que essa creche saia do papel e possa dar dignidade e um espaço de qualidade para essas crianças. Parabéns.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** Convido para compor a Mesa: a Sra. Stephane Dias, ex-aluna e pesquisadora; a Sra. Maria Elisabete Mollmann, Assessora do Tecnopuc; o Sr. Fábio Rahmeier, Diretor da OZ Engenharia do Tecnopuc; e o Sr. Miguel Sattler, responsável pelo projeto.

O Ver. Dr. Goulart está com a palavra em Comunicações.

**O SR. DR. GOULART:** Sr. Presidente, ex-Líder da nossa Bancada, Ver. Cassio Trogildo; Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores; amigos que nos visitam e que nos ouvem; que coisa interessante: quando a gente vai chegando aos 70 anos, todos os assuntos que aparecem a gente conhece um pouco ou participou de um pouco das coisas de que estão falando. Para mim, é um encanto cada vez que se fala em sustentabilidade, principalmente na questão relativa à produção de energia. Nós tivemos um momento muito forte junto com o Orçamento Participativo, em que eu entendi com o Prefeito e com o seu Vice que o Orçamento Participativo tinha que estar com a gente na questão das moradias, em que nós entregamos as 922 habitações na Vila Dique, toda a Vila Unidão transferida para o Barro Vermelho, enfim, 3 mil unidades habitacionais. E já naquela época, Sr. Presidente, nos interessava que a energia viesse do sistema solar. E

aí, não de maneira tão contundente, mas tenho que me unir ao que dizem os outros Vereadores, porque os governos não se interessam por isso. Há uma tragédia mundial, e, por desconhecerem, por não serem tão estudados, não se interessam; outros se interessam, porque, quanto mais caos existir no mundo, melhor para eles manipularem essas coisas. Eu queria colocar a energia voltaica nas casinhas feitas pelo Programa Minha Casa, Minha Vida, e há momento mais oportuno do que este? Mas o Governo não quis. E não só o Governo Municipal, o Governo Federal também, porque o Programa Minha Casa, Minha Vida é federal. Eu lutei, trouxe, inclusive, o Ver. Beto Moesch para falar ao meu gabinete, às pessoas do DEMHAB como nós poderíamos fazer. E era uma coisa barata, minha gente! Era alguma coisa entre R\$ 1,7 mil e R\$ 2 mil por habitação, no máximo. Então, quando eu saí do DEMHAB e fui para a SMIC, ficou aberta essa posição, Vereador, nunca mais se falou. Que bom que V. Exa. começa a falar agora. Quero lembrar, pois acho que é importante dizer para o Ver. Cassio Trogildo, que não é só o Governo Municipal, o Governo Federal também não se interessou naquela época, porque o pessoal não tem dinheiro para comprar isso. A gente faz uma casa em que eles pagam R\$ 50,00 por mês para poder garantir, como é que eles vão pagar mais o financiamento da energia? É o momento oportuno, Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon, de se colocar, principalmente, para as pessoas mais carentes, e aproveitar para colocar o sistema de recolhimento da água da chuva, o que também não seria tão caro – vocês sabem que esse é o momento de denúncias –, mas também não se interessaram os governos. Se nós nos elegermos, Sofia, temos que ser fiscais de qualquer governo que entrar, de maneira contundente, sim, para conseguirmos isso.

E mais uma coisa singela: durante algum tempo, eu estive na Vila São Judas Tadeu fazendo a parte que faço em toda a cidade de Porto Alegre, que é controlar o câncer de colo de útero e de mama. Depois, por algum motivo, não houve interesse mais de que eu permanecesse lá no ambulatório do SUS, da Vila São Judas Tadeu, mas trago boas recordações e lembranças de mulheres que pudemos salvar.

**A Sra. Sofia Cavedon:** V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Apenas faço um aparte, porque V. Exa. traz proposições novas para a evolução do Programa Minha Casa, Minha Vida. Eu quero dizer para V. Exa. que me recordei de que, na verdade, nós temos recursos do Governo Federal para a construção das escolas infantis. Nós temos duas delas que foram abandonadas no meio do caminho com recursos federais: a da Carris e da Leopoldina II. E temos essa creche maravilhosa, falando sobre ela, aproveito para cumprimentar a equipe do Tecnopuc, que também traz aqui ao referendo o seu espanto por não ter sido construída. Então, se de um lado não avança o modelo, de outro, infelizmente, nós temos um problema sério de gestão, que acaba desperdiçando dinheiro e abandonando projetos tão importantes.

**O SR. DR. GOULART:** É verdade, Ver.<sup>a</sup> Sofia, obrigado pela participação. Vereador Cassio Trogildo, agradeço a oportunidade, e lutemos pelas energias limpas e fáceis para o Brasil.

(Não revisado pelo orador).

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** A Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna está com a palavra em Comunicações.

**A SRA. FERNANDA MELCHIONNA:** Boa tarde a todos e a todas, quero cumprimentar a Arquiteta Gabriela Giacobbo; o Roberto Oliveira, responsável pela escola, conhecido de muitas lutas; cumprimentar o conjunto dos integrantes da Mesa. E quero, primeiro, parabenizá-los pelo trabalho, antes de entrarmos na parte da cobrança, tão necessária, com relação ao Governo. Mas quero começar parabenizando pelo processo, por um lado participativo, democrático, comunitário, que tem a ver com uma tradição de luta da comunidade da vila, das defesas e de tantos outros momentos que vocês tiveram lá junto com a comunidade e, ao mesmo tempo, com um projeto extremamente interessante. Eu prestei bastante atenção quando tu passavas os *slides*, no trabalho junto com a PUC, com os professores das UFRGS também, um projeto sustentável, que, de fato, nós gostaríamos que existisse na maioria das nossas escolas. Um projeto com um conceito que precisa ser desenvolvido cada vez mais em tempos de aquecimento global, de devastação do meio ambiente e, ao mesmo tempo, de necessidade de fazermos a nossa parte do ponto de vista dos Municípios e, muito mais do que isso, formar uma nova geração, formar novas consciências para o futuro, de que o planeta tanto precisa. Então, quero parabenizá-los, ao mesmo tempo em que tenho que me indignar com a irresponsabilidade do Governo, com essa verdadeira saga que vocês contaram aqui no microfone: desde 2009, indo no Orçamento Participativo, votando, sentando em não sei quantas reuniões, 10, 20, 30, e as coisas não saem do papel para que as crianças da Vila São Judas Tadeu possam ter acesso a uma creche! Nós estamos falando de creche, em uma Cidade que está no último lugar do *ranking* das cidades que estão construindo vagas nas escolas de educação infantil. Quase perdeu os recursos do Fundeb? São 15 mil crianças sem vagas em Porto Alegre. E nós estamos falando de um projeto mais barato, nós estamos falando de um projeto que já tinha sido gravado no Orçamento Participativo. Acho extremamente grave o que a Prefeitura vem fazendo: 1% do Orçamento é discutido pelo Orçamento Participativo, ou seja, os outros 99%, a população não discute. E esse 1% tem que ser disputado entre comunidades que têm demandas gigantes, necessárias todas elas: a comunidade Juliano Moreira, com moradia popular, que não sai até agora... Bom, nós poderíamos passar a tarde inteira aqui listando projetos importantes de moradia, de saneamento, de educação infantil.

Eu quero repudiar, criticar, no nosso papel aqui de Vereadores, de militantes e ativistas, essa postura, primeiro, intransigente - não é nem intransigente a palavra adequada, eu diria irresponsável com a comunidade, com o processo construído -, segundo, há esse jogo de empurra, porque eles dizem que não podem fazer porque não tem acesso. Não é isso? Pelo que entendi, a Prefeitura diz que não pode construir porque não tem acesso, quando o Exército já liberou o acesso para os materiais de construção passar passarem. Pelo que entendi é isso. É escandaloso, gente! É um negócio impressionante. Eu quero, por óbvio, Ver. Tarciso, concordar com os argumentos de outros Vereadores, meu querido Prof. Alex Fraga, e levar para a Comissão de Educação, Cultura, Esportes, Lazer e Juventude. Evidentemente, isso é

necessário; que a Comissão cumpra seu papel, convoque o Governo e, a partir daí, avance, mas é lamentável que a comunidade tenha que vir à Câmara de Vereadores, que sejam sete anos de luta. Eu espero que nesta reunião avance.

De qualquer maneira, quero deixar registrado o nosso apoio ao projeto. Se precisarem da nossa ajuda para outras iniciativas, além das reuniões, que obviamente nós participaremos quando estiverem agendadas na CECE, para outras lutas, de ruas, em outras esferas, podem contar conosco, porque chega de irresponsabilidade, de desrespeito com o nosso povo e com os movimentos sociais populares, que lutam, e não só lutam, constroem, na prática, uma cidade melhor. Pena que este Governo não tenha olhos nem ouvidos para aqueles que estão na ponta e que podem, sim, mudar a nossa Cidade. É lamentável. Meus parabéns a vocês que lutam.

(Não revisado pela oradora.)

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** A Ver.<sup>a</sup> Jussara Cony está com a palavra em Comunicações.

**A SRA. JUSSARA CONY:** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, eu quero, primeiro, cumprimentar toda a Mesa, através da Gabriela Giacobbo Moschetta, Arquiteta Urbanista, e também do Roberto Oliveira, atual responsável pela Escola, e todos os demais participantes. Eu vim a esta tribuna em nome do PCdoB, mas também como mulher, como profissional da área de saúde, entendendo que as políticas públicas têm necessariamente que ser consideradas pelas gestões que efetivamente desejam aplicá-las, com essa visão de transversalidade, de participação popular e de democracia. Então eu listei algumas questões que me parecem importantes nesta tarde em que tivemos, como Vereadores de Porto Alegre, conhecimento de como a comunidade e outras articulações são estratégicas, principalmente para construir essas políticas públicas. Então eu quero destacar o significado, antes, da participação da comunidade escolar na construção da educação libertadora. Nós estamos em um debate sério na sociedade sob o ponto de vista da educação com ou sem mordada. Para mim a educação tem que ser libertadora, absolutamente sem mordada. Isso só com a participação efetiva da comunidade de uma cidade como um todo. Para minha compreensão, uma educação libertadora - vocês me instigaram a isso - pressupõe, primeiro, a participação popular, e que um instrumento importante como o Orçamento Participativo tenha a participação das comunidades como uma questão estratégia e prioritária.

O Orçamento Participativo não é *loco* de pressupostos de qualquer gestão, ele é *loco* de participação popular. Segundo, ter a participação de profissionais das diferentes áreas na construção dessa política de educação. Uma creche comunitária, como a que vocês apresentaram, a creche comunitária da São Judas Tadeu... Aí tem que levantar também o significado dessa comunidade, a São Judas Tadeu sempre foi uma comunidade de muita luta. Há 30 anos eu era Vereadora desta Casa - as lutas praticamente ainda hoje são as mesmas -, e a São Judas Tadeu foi uma comunidade de

muita, muita participação popular. A creche comunitária absorveu essa participação. Eu queria citar aqui a participação, por exemplo, do que a Gabriela apresentou, uma arquiteta e urbanista, que faz da arquitetura – acho extremamente importante, nós, profissionais fazermos isso das nossas profissões – uma forma de elevar a qualidade de vida das populações. Isso é estratégico na construção de qualquer projeto de gestão, e com as transversalidades ambientais, sociais, políticas, econômicas e de saúde, porque educação libertadora pressupõe também saúde física, mental, espiritual, etc., ou seja, a concepção de um projeto que tenha como elemento fundante a qualidade de vida da população, que começa muito antes do nascer.

A educação libertadora, para mim, também é a escola aberta ao debate entre professores, funcionários, alunos, mães, pais e comunidade sobre todas as questões que perpassam a sociedade e o significado do papel das universidades, sejam elas públicas, comunitárias, privadas – o papel das universidades quando têm esta concepção de transversalidade para a libertação.

Uma comunidade que tenha que ser mesmo inquisidora da ausência de governos como impulsionadores de uma educação, assim como na saúde, que é um direito de todos e um dever do Estado, com esta visão republicana: União, Estado e Município. Então, no momento em que vocês apresentam isso aqui, vocês estão inquirindo, e nós também: qual é o papel? Qual é o significado, então, finalizando, de dar um salto de qualidade na concepção de uma cidade?

Nós estamos aí – eu sou do Conselho Estadual da Cidade, eleita como representante dos Vereadores do Rio Grande do Sul – com uma luta insana por reforma urbana, tocando numa questão de fundo, que é a função social da terra. Para que serve a terra? E eu acho que vocês trazem também esta perspectiva para nós, para a formação, os gestores, eu dizia, e nós, como Vereadores, e o próprio controle social, para a formação de novas gerações com esta consciência libertária de paz. Não tem paz quem não tem *loco* para brincar. Não tem paz a criança que não tem nem os pais e nem a sociedade. Finalizo dizendo isso e dizendo que para mim isso inicia na gestação; passa pelo nascimento, passa pela forma de nascer e chega no direito social, no direito político, no direito universal à educação. E aí começa pela creche. O debate foi ferrenho aqui nesta Casa sobre o projeto municipal de educação. E este salto de qualidade, nós temos que observar. O gestor tem que observar, tem que respeitar, tem que acolher pela gestão, se democráticas, as experiências da sociedade que, como essa, trazem o conhecimento, trazem a sabedoria. Não a sabedoria de nós, que estamos na universidade, mas liga a sabedoria acadêmica com a sabedoria popular, porque o povo sabe, o povo, ninguém do que melhor sabe. Aliás, essa relação das academias com a participação popular cada vez fará com que a academia se aproxime mais da realidade do País e que cumpra com esse dever de contribuir para a formação dessa nova realidade. Finalizo lembrando Tolstói: “Canta a tua aldeia e serás universal.” Vocês trouxeram a perspectiva da universalidade, do conhecimento, no momento em que trouxeram o conhecimento da aldeia porque participaram no processo dessa construção. Parabéns; obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** Encerramos o período de Comunicações Temática. Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 15h20min.)

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo – às 15h24min):** Estão reabertos os trabalhos.

**O SR. CLÁUDIO JANTA (Requerimento):** Sr. Presidente, solicito um minuto de silêncio pelo falecimento da Sra. Tereza Durval, mãe do Sr. Paulo Pereira da Silva, Presidente Nacional do Solidariedade.

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** Deferimos o pedido.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** O Ver. Rodrigo Maroni está com a palavra em Comunicação de Líder.

**O SR. RODRIGO MARONI:** Boa tarde, Sr. Presidente, Ver. Cassio Trogildo; boa tarde demais Vereadores e Vereadoras. Ver. Luciano Marcantônio, é bom que estejas aqui, porque tu és meu amigo e acompanhou um pouco. Eu vou dizer uma coisa para vocês, muita gente me questionou - o Luciano acompanhou -, quando eu comecei meu trabalho aqui, particularmente eu digo que o meu trabalho foi penetrar naquilo em que o órgão público não funcionava. A gente conversou algumas vezes sobre isso. Eu relatei que muitas vezes de madrugada, na verdade, todas as noites de madrugada, nos finais de semana, quando eu era chamado pelo meu tema - as pessoas começaram a visualizar isso -, eu nunca achei que ia tomar uma dimensão tão grande dentro e fora da Cidade, porque eu estava relatando aqui que fui a quase 200 municípios. E isso, de certa forma, não era papel de Vereador, Janta. Não era papel de Vereador ir a outras cidades, inclusive, pessoas me diziam o seguinte: “Tu não deves fazer isso, tu quebras a questão do logradouro.” E o que me interessava naquele momento era não ficar escondido atrás da burocracia do Parlamento, ou ser um defensor burocrático de uma causa, escondido atrás de um terno e uma gravata, ou simplesmente dizer que eu seria um fiscalizador daquilo que não funciona. Esses milhares de animais que eu salvei nesse último período, animais atropelados, animais estuprados, assassinados, estavam ali números de protocolos, infelizmente, por uma ineficiência de órgãos que não funcionavam. Eu queria dizer que esses animais não tinham como ser resgatados, Luciano, e infelizmente, não tem órgão, nem para fiscalizar, nem para buscar e nem para apreender. Como eu sou questionado com relação ao meu papel como Vereador aqui, eu pergunto: por que lá atrás, quando comecei salvando animais - e era a única alternativa -, cumprindo o papel, inclusive, de órgão público, não me questionaram, não disseram que eu não devia fazer isso, porque, infelizmente, a

realidade é que os órgãos são frágeis, e as leis, inexistentes. Eu posso aqui relatar diversos casos que tiveram tal desfecho... Por isso, quando eu vejo a imprensa ou outros Parlamentares questionarem meus projetos, eu digo que são os mesmos que questionaram naquele momento, quando eu ia resgatar esses animais. Eu estive envolvido em pelo menos 200 Municípios, e até em outros Estados, onde também a lei não chega, onde também não tem órgão que funcione. Lamentavelmente, aqui em Porto Alegre nós vivemos uma realidade hoje de um projeto de um hospital que, por enquanto, é só projeto, e eu quero que esse hospital não seja um hospital protocolar, como existe hoje, um hospital para o qual as pessoas ligam e ficam seis, sete meses aguardando atendimento, que não tem quem busque os animais – essa é a verdade –, lamentavelmente. Aqui eu sempre fui um defensor de as coisas avançarem, de ter boa vontade, de olhar com boa vontade, mas esse hospital tem que funcionar como se fosse um SUS, onde o animal, em emergência, chegue e seja atendido, onde tenha uma ambulância que busque esse animal, e, mais do que isso, que haja uma delegacia que efetivamente as pessoas se cheguem e digam: “Gente, está aqui, o animal foi violentado, tomou um tiro”, como, centenas de vezes, vi, entrando em bairros da periferia, animais com um, dois, três tiros – está gravado, é só olhar no Facebook, escolhe o dia e vai olhar! –, e que funcione, que vá alguém cumprir. Por isso, quando questionam o meu papel aqui, eu digo que sim, extrapola o papel de Vereador, porque eu entro onde o órgão público não funciona e onde deveria entrar, e isso eu falo com tristeza, porque eu espero, amanhã ou depois, sair daqui e ter órgãos que funcionam para isso, não ser o último recurso da madrugada, da meia-noite.

Muito me admiram o ciúmes e a inveja de parlamentares que até extrapolam o âmbito da Casa, questionando meu trabalho com relação à causa animal e que ficam escondidos dentro de um gabinete, sequer botaram a mão em um animal no último período – a não ser nos seus próprios! Ser defensor, para mim, é a pessoa que coloca a sua vida à disposição daquele tema.

Então, eu quero dizer o seguinte: eu estou aqui e garanto para vocês que não estarei mais quando o hospital público estiver em funcionamento, mas 24 horas mesmo, de forma que as pessoas não fiquem em frente ao órgão, aguardando, com animais estraçalhados, sem serem atendidos. É preciso uma ambulância que vá e busque os animais, porque a maior parte dos animais não tem como ir até o hospital. Que tenhamos, efetivamente, um órgão para o qual se ligue, se faça uma denúncia e algo aconteça. Enquanto não acontecer isso, o meu papel acaba sendo esse, entende, Luciano? Acabou sendo esse, nos últimos dois anos. Eu quero agradecer a atenção de todos.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** Esta Presidência faz um requerimento solicitando a alteração da ordem dos trabalhos, para que possamos, imediatamente, entrar no período de Pauta. Após retornaremos à ordem normal. Em

votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram.  
(Pausa.) **APROVADO.**

Passamos à

## **PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR**

**(05 oradores/05 minutos/com aparte)**

### **1ª SESSÃO**

**PROC. Nº 1870/16 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 186/16**, de autoria do Ver. Paulinho Rubem Berta, que concede o título de Cidadão de Porto Alegre ao senhor Edson Leal Pujol.

**PROC. Nº 1983/16 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 200/16**, de autoria do Ver. Reginaldo Pujol, que denomina Rua Clóvis Flores Aldaves o logradouro não cadastrado conhecido como Rua C – Vila do Sargento –, localizado no Bairro Serraria.

**PROC. Nº 2033/16 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 208/16**, de autoria do Ver. Mendes Ribeiro, que inclui a efeméride Semana Municipal do Jovem Empreendedor no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, de 1º a 7 de maio.

### **2ª SESSÃO**

**PROC. Nº 1632/16 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 166/16**, de autoria da Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon, que obriga as repartições públicas, os bancos públicos, as unidades de saúde, as escolas, as unidades de assistência social e as instituições conveniadas com o Município de Porto Alegre ou que lhe prestem serviço a sintonizar os seus receptores de televisão ou as suas televisões em emissoras públicas, canais públicos, canais comunitários ou programas educativos e dá outras providências.

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para discutir a Pauta.

**O SR. REGINALDO PUJOL:** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, quatro projetos em pauta, um deles, inclusive, de minha autoria: o que propõe a denominação Rua Clóvis Flores Aldaves ao logradouro conhecido como Rua C, localizado na Vila do Sargento, no bairro Serraria.

Dois outros projetos, um já em última Sessão, da Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon, que obriga repartições e bancos públicos, unidades de saúde e assistência social, escolas e instituições conveniadas com o Município de Porto Alegre a sintonizar os seus

receptores de televisão ou as suas televisões em emissoras públicas, canais públicos, canais comunitários ou programas educativos e dá outras providências. Ver. João Bosco, V. Exa., que é um homem de comunicação, sabe da inviabilidade desse projeto tramitar. Aliás, eu vivo a me ocupar muito deles, porque esses projetinhos simples que nós estamos propugnando pela sua aprovação, que é uma rua na Vila dos Sargentos, uma viela, não sabem os amigos da imprensa que criticam muito a Câmara de Vereadores por denominar nome de ruas, não sabem eles o quanto isso é importante, como estão satisfeitos os moradores daquela viela em saberem que terá a denominação do nome de um cidadão, que eu não conheci em vida, mas que foi um dos primeiros moradores do local! E o que é mais importante: eles se sentem extremamente prestigiados por saberem que agora vão entrar no mapa da Cidade, terão CEP - Código de Endereçamento Postal -, e estarão sintonizados com as regras urbanísticas que hoje presidem a Cidade. O DMAE vai saber que existe uma rua, que essa rua precisa de abastecimento de água; o DEP da mesma forma, e assim por diante.

Então eu gostaria de salientar que raramente eu apresento denominação de qualquer nome. Fiz dois projetos nesse sentido, um deles, inclusive, tive que recuar para permitir que fosse homenageado o Airton Ferreira da Silva; o outro foi para homenagear o filho do Raul Régis de Freitas Lima, e assim por diante. Mas fico muito feliz por ter sido um dia provocado a propor esse projeto de lei e ver a repercussão que o mesmo está tendo entre os moradores da hoje Rua C da Vila dos Sargentos. Quero acentuar isso, porque a grande maioria das pessoas que mora nas ruas já consolidadas, tradicionais em Porto Alegre é suscetível a essa crítica que parte de grandes setores da imprensa local e faz coro com as mesmas dizendo: “Ah, Vereador só denomina rua!” Não é verdade! Mas essa tarefa, uma das tantas dos Vereadores, que pode inclusive ser até do Executivo, que às vezes propõe homenagens, denominações de determinadas ruas, essa tarefa que aparentemente é insignificante, tem esse grande significado. No jargão da cidadã e do cidadão que mora na periferia de Porto Alegre, permite, Ver. Villela, que a sua rua entre no mapa urbano de Porto Alegre. E assim, a viela de hoje pode ser a artéria urbanizada de amanhã, como era a Rua A, a Rua B, a Rua C, a Rua D, na nossa querida Vila São Gabriel, que hoje têm nome, estão todas urbanizadas por nós, inclusive, com água, luz, iluminação pública, segurança, escola e assim por diante. As coisas, às vezes, começam a serem construídas na superação de dificuldades que aparentemente são simples. Mas o que não pode é deixar de se considerar uma realidade que tem na cidade de Porto Alegre.

Aliás, nós temos que mudar um conceito em torno da Restinga: tem que acabar com aquela quantidade de alamedas, C, D, H, I, J, primeiro, segundo, terceiro, quinto quarteirão. Nós vamos ter que criar condições legais para denominar um nome, permitindo que também eles recebam um CEP do seu correio na porta da sua casa. O mesmo tem que ser feito na CEFER; o mesmo tem que ser feito na Vila Ipê I. A Avenida Um e a Avenida Dois da CEFER há 50 anos que se chama Avenida Um. Não se pode denominar, porque tem que resolver essa situação!

Então, vejam bem, senhores, o meu pronunciamento na tarde de hoje, quando é pretensão do nosso Presidente, inclusive, convocar ou não uma Extraordinária,

eu quero confessar que essa pretensão é de difícil execução, porque eu mesmo vou me ausentar, e porque eu vejo que a grande pretensão seria votar uma série de projetos que estão em Pauta, para homenagem, cujos principais interessados que são os seus signatários, não se encontram aqui presentes. Ora, a gente sabe por que eles não estão aqui presentes, eles não estão aqui porque estão fazendo alguma coisa que nós também queremos fazer. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** A Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna solicita Licença para Tratar de Interesses Particulares no período de 15 a 30 de setembro de 2016. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que aprovam o Pedido de Licença permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

A Mesa declara empossado o Suplente, Ver. João Ezequiel, nos termos regimentais, que integrará a Comissão de Urbanização, Transportes e Habitação – CUTHAB.

Estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 15h41min.)

\* \* \* \* \*